

A Inserção da Mulher no Quadro de Saúde do Exército Brasileiro no Período da Segunda Guerra Mundial.

GLAUCON GALEANO LESSA⁴⁶, RENÉ FURTADO DE MENDONÇA FILHO⁴⁷, CARLA CHRISTINA PASSOS⁴⁸.

Resumo. O presente artigo científico tem como objetivo contextualizar o período brasileiro do Estado Novo e seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais. Analisará a participação da mulher nesse novo período histórico tão transformador, e em especial das mulheres brasileiras que ingressaram nos quadros do Exército Nacional. Discutiremos as razões pelas quais tais mulheres de classe média urbana decidem embarcar para o teatro de operações europeu a fim de prestarem socorros médicos às tropas brasileiras em um contexto histórico em que a participação político-social destas era incipiente.

Palavras-chave: Estado Novo, mulher brasileira, Exército Nacional.

Summary. This scientific article contextualizes the 'new state' period in Brazil and its political, social and economic development by analyzing the participation of women at such a history-changing time, particularly the Brazilian women who joined the Army staff. We deal with the reasons that made such urban middle-class women get on board to the European stage of operations of Word War II, so that they could provide medical assistance to the Brazilian troops in a historical context in which their social and political participation was incipient.

Key-words: 'new state', Brazilian woman, National Army.

1. Introdução

Apresentaremos no presente artigo como ocorreu o ingresso de mulheres brasileiras nas fileiras da Força Expedicionária Brasileira - FEB, em 1944, através de uma abordagem crítica, em um contexto histórico marcado por uma forte tendência patriarcal. Dessa forma, analisaremos a importância de um grupo de mulheres, que mesmo de forma isolada, se voluntariaram para participar como oficiais enfermeiras na 2ª Guerra Mundial, evento ímpar para a mulher brasileira até aquele período, em destaque a incorporação do segmento feminino na Força Terrestre, como militar e no quadro de oficiais. Vamos situar esse processo histórico em um contexto denominado Estado Novo (1930-1945), demonstrando seus possíveis fatores determinantes, como a pressão política exercida pelos

norte-americanos para que o Estado varguista embarcasse para a guerra um corpo de saúde; a crescente inserção da mulher brasileira no mercado trabalho e a valorização do Estado trabalhista de Vargas acerca do processo de voluntariado frente a guerra. Esse Estado realizou um consistente projeto propagandístico de idealização do soldado brasileiro através do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, promovendo uma significativa adesão social da população a essa convocação de cunho patriótico.

Para a realização do presente artigo, iremos nos basear em três fatores determinantes para efetivar a articulação de nosso artigo científico em três capítulos. Nos dois primeiros buscaremos contextualizar politicamente o Estado Novo de 1937 a 1945, suas bases

⁴⁶ Escola de Administração do Exército (EsAEx), Salvador, Brasil. tenalglaucan@esaex.mil.br.

⁴⁷ Escola de Administração do Exército (EsAEx), Salvador, Brasil. tenalrene@esaex.mil.br.

⁴⁸ Escola de Administração do Exército (EsAEx), Salvador, Brasil. christina@hotmail.com.

orgânicas de sustentação e a decisão e inserção do Brasil na Segunda Grande Guerra. Destarte no terceiro capítulo, discutiremos o panorama, os motivos e as consequências do ingresso da mulher brasileira no Exército.

Para uma melhor fundamentação teórica trabalharemos com duas fontes secundárias, dois livros de auto-biografia sobre relatos de guerra. O primeiro é o da Major Elza Cansanção “E Foi Assim Que a Cobra Fumou” e o outro é de autoria da Capitã Enfermeira Olímpia de Araújo Camerino, cujo título é “A mulher Brasileira na Segunda Guerra Mundial”. Esses dois livros relatam as experiências de guerra vividas por essas duas oficiais, desde os seus engajamentos voluntários nos quadros do Exército e conseqüentemente na FEB – Força Expedicionária Brasileira – até o regresso para o Brasil. Neste artigo, temos como objeto a construção de um embasamento historiográfico no sentido de fundamentar o posicionamento do voluntariado dessas mulheres, demonstrando a importância desse ato na construção da inserção da mulher nas Forças Armadas e em especial no Exército Brasileiro. Fato este que só se concluiu efetivamente em 1992 através do Quadro Complementar de Oficiais do Exército.

Por intermédio de fontes secundárias, levantaremos dados teóricos significativos com a finalidade de oferecer uma abordagem mais crítica nestes relatos biográficos, frutos de um contexto historiográfico complexo, por intermédio da análise do ingresso dessas mulheres nas Forças Armadas.

Inspirados na historiografia de Marc Bloch, construímos o presente artigo partindo do pressuposto de aproximação da neutralidade, ou seja, apesar da neutralidade plena ser inexistente e ilusória, cabe ao historiador tentar se aproximar desta ao máximo possível, a fim de se desvencilhar de juízos de valor que atravancam a historiografia e

concedem rumos pré-definidos para a elaboração de um estudo historiográfico.

A articulação com o tema se deve ao fato de nossa experiência de graduação na área de História com o período varguista somado à necessidade da realização de um trabalho científico proposto pela Divisão de Ensino da Escola de Administração do Exército durante a realização do curso de formação de Oficiais do Quadro Complementar, que determinou a elaboração de um artigo que atendesse aos interesses do Exército Brasileiro. Nessa perspectiva, fomos orientados pela capitã QCO/enfermeira Christina, e escolhemos o tema sobre a enfermagem militar no período da Segunda Guerra o que compatibilizava com o nosso conhecimento anterior.

2. O processo de industrialização e seus desdobramentos sociais

O período da década de 30 caracterizou-se pela forte transformação urbano-industrial que ocorreu no Brasil, fator de extremo significado para as mudanças sócio-ideológicas de uma população.

“A Revolução escapou do exclusivismo de determinadas classes. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador – a construção de uma pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos seus filhos.(...) Assumo, provisoriamente o governo da República, como Delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro”⁴⁹

Foram com essas palavras que Getúlio Vargas em novembro de 1930 assumiu o poder de forma provisória, porém só se afastando do cargo quinze anos depois.

⁴⁹ Discurso de posse de Getúlio Vargas, (3-11-1930). In: **Coletânea de documentos históricos. Secretaria de Estado da Educação -** Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. S.P, 1978.

Nos anos 30, a crise da economia agro-exportadora acarretada pelo *crack* da bolsa de valores de Nova York, provocou um forte movimento de industrialização no país, pois as dificuldades de importação eram grandes. Intensificaram-se as possibilidades de instalação de fábricas que produzissem no Brasil, produtos que até então eram importados. Em seis anos (1933-39), a indústria brasileira cresceu 11,3%, enquanto a agricultura teve saltos mais modestos, contentando-se apenas com 1,7% (COSTA e MELLO, 1993, p. 255). A partir do início do Estado Novo, esse processo se intensifica apoiado agora por um Estado com maior poder intervencionista que investe em setores privados (em certos momentos devido ao poder de barganha política internacional desse governo), já que o empresariado nacional ainda não possuía estrutura para implementação de tais relações, ou seja, o Estado varguista investe na estruturação de uma industrialização de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda e a Companhia Vale do Rio Doce, destinada à exploração de minérios, promovendo assim subsídios as indústrias privadas. Esse Estado, ávido pela implementação de uma estrutura industrial nacionalista, incentiva um grande sistema de concessão de crédito, realiza uma política cambial protecionista com incentivos fiscais e tributários e contenção salarial. Dessa forma, com a intensificação do processo industrial e o fortalecimento da burguesia, a sociedade brasileira adquire hábitos e pensamentos urbanos, provocando toda uma mudança em sua estrutura social.

Com o acirramento do movimento de industrialização no Estado Trabalhista, a classe trabalhadora incorpora-se ao cenário político da sociedade brasileira, ganhando *status* de ator político influente na vida institucional de nosso país. Nessa perspectiva, em que o Estado necessitava de mão-de-obra de reserva a fim de manter salários baixos, as mulheres

engajam neste processo, conquistando posicionamento na estrutura social. O voto feminino foi uma dessas conquistas, formalizada na Constituição de 1934. Há tempos, as mulheres já reunidas pelo sentimento de consciência de classe, lutavam por esses e outros direitos, tornando evidente o processo de inserção da mulher como sujeito político significativo na estrutura social brasileira, ao ponto de conseguirem embarcar para o teatro de operações europeu como integrante do corpo de saúde do Exército.

Assim, através do decreto nº 6097, de 15 de dezembro de 1943, se criou o quadro de enfermeiras da Reserva do Exército, no Serviço de Saúde.

“Esse quadro destinava-se à formação de enfermeiras militares que constituíram o quadro de Reserva do Exército, mediante um trabalho de adaptação das enfermeiras civis, (...)aberto o voluntariado, apresentaram-se as enfermeiras candidatas. O curso de adaptação para as enfermeiras realizou-se no Distrito Federal (nesse período no Rio de Janeiro) através da Diretoria de Saúde do Exército e, nas sedes das regiões militares pelas respectivas chefias do serviço de saúde, no prazo de seis semanas”. (CAMERINO, 1983, p. 112).

Através desse decreto, essas mulheres conseguem não apenas ingressarem para uma Europa beligerante, mas ocuparam um novo espaço ao serem inseridas no Exército Brasileiro.

3. O Estado Novo

Em 1937, articuladores político-militares como Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, já começavam a agir visando a eleições de 38, em que Getúlio Vargas deixaria o poder para que o processo representativo desse continuidade. Porém, o governo varguista começava a demonstrar claras intenções de continuar no cargo. Dessa forma, a conspiração continuísta de Getúlio Vargas e Góes Monteiro foi instaurada de maneira a parecer justificável. Criou-se uma

expectativa entre os setores dominantes para que estes vissem no golpe um momento de “salvação nacional”. Com esse objetivo, o governo criou, através da imprensa escrita, toda uma atmosfera de ameaça comunista. De acordo com essas notícias, um golpe socialista, em que líderes civis e militares seriam assassinados, era iminente. Assim, o chamado plano Cohen se desenvolveu, tomando de pânico principalmente a alta burguesia e a classe média. Informações duvidosas atestam a autoria do plano a Olímpio Moura Filho, um militar que se utilizou de uma estratégia de treinamento para astutamente gerar um clima de instabilidade conveniente no golpe (COSTA e MELLO, 1993, p.248).

O governo conseguiu forjar toda uma situação de continuísmo e em 37 instaurou o Estado Novo. Esse novo governo com base extremamente intervencionista-autoritária reorganiza o Estado de forma significativa tanto na esfera política, como econômica e ideológica.

Um bom exemplo da força política do Estado Novo foi a implementação da carta outorgada de 37 confeccionada por Francisco Campos. A polaca, como era conhecida, baseava-se na constituição polonesa de cunho fascista. Segundo os historiadores Costa e Mello, o novo documento constitucional centralizava o poder e conferia exageradas atribuições ao poder Executivo. Além disso, eliminava o federalismo e as bandeiras estaduais e substituía os governadores por Delegados do Governo Central. A polaca propicia ao presidente exercício dos poderes Executivo e Legislativo, o que lhe permitiu dissolver todos os partidos políticos, demitir funcionários por motivos ideológicos e eliminar a independência sindical.

Para legitimar seu poder criando bases de sustentação política, Vargas instaurou um projeto trabalhista (sindicalista) com a finalidade de enfraquecer o movimento reivindicatório

dos trabalhadores e construir sua imagem nítida de chefe de Estado.

Esta interpretação funda-se na idéia central de que o Estado do pós-30 desencadeou uma política social de produção e implementação de leis que regulam o mercado de trabalho e, com este novo recurso de poder, conseguiu a adesão das massas trabalhadoras. O pacto social assim montado traduziu-se num acordo que trocava os benefícios da legislação social por obediência política, uma vez que só os trabalhadores legalmente sindicalizados podiam ter acesso aos direitos do trabalho, sinônimo da condição de cidadania em um regime político autoritário como o brasileiro (GOMES, 1994, p. 163).

O Estado varguista conseguiu subordinar os trabalhadores e seus sindicatos, ficando proibidas as greves ou quaisquer outras manifestações de protesto que em certos momentos eram combatidas através da repressão policial. Porém o governo concedia concessões materiais como as leis trabalhistas, reunidas em 43 artigos compondo a CLT-Consolidação das Leis do Trabalho. O Estado Novo, por meio de sua política social do trabalho, é caracterizado como um produtor de benefícios materiais, de bens de valor nitidamente utilitários. O trabalhador almejava estes novos direitos e por isso concordou em aderir politicamente ao regime, isto é, ao seu modelo de sindicalismo corporativista tutelado e a todos os seus desdobramentos. Sendo cooptada pelo Estado, a classe trabalhadora perdeu sua autonomia, o que resultou numa condição de submissão política, de ausência de impulsão própria (GOMES, 1994, p.163). Nessa lógica o jargão “quem tem ofício, tem benefício” fazia jus a esse sindicalismo, pois apenas os trabalhadores sindicalizados e controlados pelo Estado, poderiam gozar dos benefícios sociais da CLT.

Esse Estado a fim de legitimar a sua natureza golpista, se auto identifica

como democrático, todavia não uma democracia representativa em que partidos políticos inescrupulosos dividiam e utilizavam o poder ao seu bel prazer, mas uma democracia social, cujos benefícios sociais e uma qualidade de vida melhor estavam ao alcance de todos. A imagem desse projeto político remete-nos a uma fonte de inspiração nitidamente hobbesiana. O homem encontrava-se em seu estado de natureza, sem poder e sem organização, vivendo sob a lei do mais forte (o homem é o lobo do homem). Portanto fazia-se necessário um pacto social entre o mesmo estabelecendo regras de convívio social e de subordinação política. Segundo o próprio Thomas Hobbes , as leis de natureza por si mesmas na ausência de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas são contrárias as nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes. E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar qualquer segurança a ninguém (WEFFORT, 2000, p.61).

Outro pilar de sustentação do regime foi seu projeto de glorificação do Estado Novo de Vargas, através de meios de comunicação do próprio governo. A criação da imagem de Getúlio Vargas como pai dos pobres e como doador da legislação trabalhista foi uma operação consistente que estava a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda -DIP.

4. O Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Inicialmente o Brasil, no período pré-beligerante, apoiado por seu nacionalismo, figurava uma política um tanto quanto equidistante em relação aos principais países envolvidos no conflito. Contudo em 1942, essa política isolacionista começava a mudar, as pressões norte-americanas junto ao governo brasileiro intensificaram-se. As cartas da barganha política estavam na mesa e os Estados Unidos possuíam

pleno interesse pelo litoral nordestino para a instalação de bases militares estratégicas.

Parece-nos difícil aceitar a fundamentação teórica de que o Brasil tendenciava-se a tomar a posição ao lado do Eixo na guerra, por seu suposto governo fascista. O estado varguista caracterizou-se pelas suas características camaleônicas, a estrutura política desse Estado se modificava consideravelmente e com grande desenvoltura de acordo com o contexto vigente. Ainda mais, não se conhece nenhum tipo de ajuda do Estado Nazista em relação ao governo de Vargas. Esse último Estado caracterizou-se por ser um governo autoritário-nacionalista, porém não nazi-fascista, afirmar isto seria um equívoco conceitual.

O motivo pelo qual o Estado Novo esquivou-se de se alinhar em primeira instância a um dos lados, foi fruto de um interesse político internacional. Esse governo nacional-estatista tinha o interesse pela obtenção de recursos materiais visando a instalação do projeto siderúrgico de Volta Redonda e o reequipamento do Exército, de acordo com a necessidade da participação do movimento de guerra.(GOMES,1994, p. 167).

Utilizando-se como pano de fundo o bombardeio nazista aos navios brasileiros, o DIP transmitia à nação o seguinte comunicado:

“O Sr. Presidente da República reuniu, hoje, o Ministério, tendo comparecido todos os ministros. Diante da comprovação dos atos de guerra da nossa soberania, foi reconhecida a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras Alemanha e Itália”. (CANSANÇÃO, 1987, p.33)

Inicialmente, o apoio militar concedido aos aliados foi apenas a cessão de bases militares no Nordeste. Mas em 1944, desembarcou em Nápoles o primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira sendo logo seguida de mais

quatro, construindo a Primeira Divisão Brasileira comandadas pelo General João Baptista Mascarenhas de Moraes. Assim a FEB incorporou-se ao II Exército dos Estados Unidos, participando da ofensiva aliada nas regiões dos rios Arno e Pó, na Itália. Os embates militares mais significantes na luta contra os nazifascistas ocorreram em Monte Castelo, Fornovo e Montese. Nesse momento de guerra, a população brasileira e o Estado inflamam-se de orgulho à medida que as tropas brasileiras efetivam-se seu êxito. O Brasil encontrou-se envolto em uma atmosfera de nacionalismo e de extremada auto-confiança.

5. A mulher brasileira e a FEB.

Neste capítulo abordaremos a inserção da mulher brasileira nos quadros de saúde do Exército em um sistema ainda impregnado pelo patriarcalismo. Iremos inferir sobre as bases teóricas para sustentar o ato voluntário dessas oficiais dentro de um contexto histórico ativo. Por conseguinte, destacaremos o enfoque em três fatores determinantes para o ingresso destas na FEB: o processo industrial ocorrido no Brasil nas décadas de 30 e 40 e a posição da mulher brasileira neste contexto; a pressão norte-americana frente ao governo brasileiro para que esses embarcassem para Europa um corpo de saúde; e o projeto propagandístico de valorização do vulto patriótico e conseqüentemente do soldado brasileiro.

No início do século XX, com o início da intensificação do processo industrializante, uma classe social se reorganizava e traçava metas um tanto quanto definidas. Era a classe operária que, influenciada por movimentos externos, reivindicava direitos e poder político decisório. Nesse processo a mulher proletária urbana, utilizada pelas indústrias como mão-de-obra de reserva, engaja-se nessa nova sociedade urbano-industrial, adquirindo feições significantes para o *status quo*.

Reunidas em fábricas, estas intensificam seu espírito de consciência de classe ou utilizando um conceito marcuseano, se identificaram como outsiders (minorias excluídas) promovendo passeatas e movimentos reivindicatórios de caráter feminista. Constituiu-se prova da significância de tais movimentos, a conquista do direito de voto feminino na constituição de 1934. À medida que as mulheres brasileiras são inseridas no mercado de trabalho, estas adquirem princípios e valores burgueses, princípios de competitividade existente em uma sociedade tecnocrata, conforme refere Herbert Marcuse, são invadidas pelo Princípio do Desempenho (MARCUSE, 1967, p.115). Nessa perspectiva as mulheres brasileiras intensificaram sua tentativa de emancipação e rompendo com a sociedade patriarcal, se aproximaram cada vez mais de posições socialmente aceitas e valorizadas.

Contudo, não estamos tentando comprovar que, de forma repentina, as mulheres saíram dos porões da marginalização e do preconceito para o paraíso da valorização social. A mulher brasileira era marginalizada, sofrendo ataques de preconceitos de várias vertentes da sociedade. Bom exemplo desse processo foi o ingresso destas na FEB, pois até mesmo pessoas inseridas no alto comando hierárquico do governo posicionavam-se contra suas inserções no Exército Brasileiro.

“A reprovação social veio a se revelar com toda a força, quando a Sra. Dutra, esposa do ministro da Guerra, foi nomeada patrono das enfermeiras da FEB. Às moças que lhe levaram a notícia, ela apontou a porta da rua dizendo em voz alta que era contra o fato de mulheres entrarem no Exército e que isso era coisa de moças que não prestavam” (MORAIS, 1949, p. 411).

Apesar de tais divergências, não se constitui dúvida de que as mulheres do quadro de saúde da FEB, tenham sido as

primeiras a ingressarem oficialmente no serviço ativo das Forças Armadas Brasileiras.

Através do Decreto nº 6097, foi criado o quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército no Serviço de Saúde. Esse quadro tinha como objetivo a formação de mulheres para atuarem como enfermeiras em situações de guerra. E assim se fez,

“em fase de ativa preparação expedicionária, foram convocadas para o serviço ativo do Exército. Tornaram-se aptas para o ingresso no Serviço de Saúde da FEB e foram enviadas para o *front*. (...) Em julho de 1944, um pequeno grupo de enfermeiras já estava instalado em Nápoles, quando chegou o 1º grupamento da FEB. Em número de 67, as enfermeiras foram seguindo para o *front* em pequenos grupos, por via aérea”(CAMERINO, 1983, P.113).

O Brasil necessitava de pessoas que embarcassem para a guerra tendo a finalidade de socorrer seus combatentes. O governo norte-americano, desde a entrada do Brasil na Guerra, pressionava-o para que formasse um grupo de socorro médico para atender seus próprios compatriotas. Dessa forma, as mulheres brasileiras, estariam incumbidas de cumprir este papel assistencial, já que culturalmente a função de enfermeira era designado às mulheres. Essa função social seria uma extensão dos afazeres maternos, ou seja, o próprio zelo maternal se identificava e muito com a situação de cuidar de outras pessoas. Também a profissão de enfermagem assim como a de professor, eram consideradas femininas, como reflexo da manutenção do sistema, cuja função era cuidar e preservar o seio familiar. Seus ofícios seriam apenas para complementar a renda do marido. O soldo dessas mulheres que embarcaram para a Europa era de apenas 52\$000, eram consideradas como enfermeiras de 3ª classe, com vencimentos de 2º sargento.

Com a entrada do Brasil na guerra, os norte-americanos reforçaram a idéia da

necessidade de que os países aliados deveriam embarcar para a Europa apoiados o quanto possível por uma estrutura logística significativa, já que dessa forma, aqueles poupariam recursos financeiros e humanos. Com isso, os norte-americanos pressionaram o governo do Brasil a enviarem um estruturado corpo de saúde.

Outro fator decisório no ingresso da mulher brasileira no quadro de saúde do Exército constituiu-se na valorização do soldado por parte do Estado refletindo consideravelmente no ideário popular. Com a entrada do Brasil na Guerra, o país precisou de um amplo programa propangandístico de valorização do combatente nacional, tendo por finalidade legitimar a posição no país frente a guerra. Dessa forma, há uma valorização da carreira militar, que intensifica-se a medida que as tropas brasileiras conquistam seus objetivos com êxito e os aliados traçam o desfecho da Guerra.

“Terminada a guerra, teve início a organização para o retorno a casa. No Brasil, também o povo se preparava para receber seus heróis. No Rio, em frente a Biblioteca Nacional foi armado um enorme arco do triunfo encimado pelo primeiro distintivo da FEB os seguintes dizeres: Dos heróis da Força Expedicionária Brasileira, a pátria agradece. A chegada do 1º foi apoteótica. O povo invadiu a pista por onde deveriam desfilas as tropas e passou a arrancar botões, emblemas, medalhas, tudo que pudesse servir de souvenir “(CANSANÇÃO, 1987, p. 232).

Através dele, esse estado consegue o convencimento e a adesão da população brasileira ao projeto belicista e o ingresso do Brasil ao lado dos aliados. Essa última tarefa foi bastante facilitada para o DIP por causa do torpedeamento nazi-fascista às 33 embarcações brasileiras, contabilizando um total de 975 entre mortos e desaparecidos. Esse ataque do Eixo ao Brasil fez com que a sua população inflamasse de ardor patriótico e

direito a retaliação, provocando todo um amplo processo de adesão voluntária para combater os nazi-fascistas no teatro de operações europeu. Geralmente quando ocorre este tipo de incidente, em que uma nação se encontra em momentos decisivos em sua história como a guerra, sua população esquece provisoriamente suas disputas internas e tende a se unir contra ‘a ameaça externa’. Isso ocorreu exatamente no final da década de 30 na europa, refletindo consideravelmente no Brasil.

6. Conclusão

Baseando-nos em fontes secundárias (relatos das oficiais acerca da Segunda Guerra), tivemos o objetivo neste presente artigo científico de construir bases historiográficas aceitas e conceitos acadêmicos coerentes acerca do processo de inserção da mulher brasileira no quadros de saúde do exército Brasileiro. Formalizamos sustentáculos teóricos sobre o ato voluntário dessas mulheres, analisando seus desejos patrióticos dentro de um contexto histórico.

A vitória dos aliados na Segunda Grande Guerra e o sucesso das tropas brasileiras lideradas pelo general Mascarenhas de Moraes constituíram-se fatos de imensa importância para a valorização dos militares em si. Dessa forma essas mulheres que prestaram assistência de enfermagem aos pracinhas brasileiros e que estavam inseridas neste contexto eufórico pós-guerra conseguiram uma maior aceitabilidade social. Porém destacamos que essa valorização ocorreu com limites e vale ressaltar que a segunda guerra mundial foi um destaque na participação feminina brasileira, até mesmo porque houve um treinamento militar e a confecção de uniformes e distintivos. Todavia, a aceitação para esse espaço tão arduamente conquistado, apenas foi concedido para as febianas o seu verdadeiro mérito, em 1957 (mesmo ano em que os pracinhas brasileiros tiveram suas patentes reconhecidas e

conseqüentemente reformados). Definitivamente, neste ano, homens e mulheres conseguiram incorporar a carreira militar, recebendo oficialmente seus postos e soldos. Dessa forma, entendemos a importância do ingresso das febianas na guerra, e analisamos que a valorização social da mulher foi fruto de um processo que veio se intensificando desde o início da industrialização no Brasil nas décadas de 30 e 40 e seus conseqüentes movimentos reivindicatórios.

Contudo, devemos evidenciar a bravura e perseverança dessas mulheres que, seguindo seus ideários patrióticos, enfrentaram um contexto social patriarcal hostil defendendo sua pátria com as próprias vidas.

Gostaríamos de terminar o nosso artigo utilizando-nos das palavras da Capitã Olímpia de Araújo Camerino:

“O papel que desempenharam as enfermeiras brasileiras junto às forças da liberdade pode ser assinalado como daqueles merecedores de gratidão do nosso povo. A elas não faltou espírito de patriotismo, nem igualmente entusiasmo cívico, para atendermos ao chamado do Brasil na hora mais grave de sua história.” (CAMERINO, 1983, p.118).

Estas palavras refletem um marco evolutivo na emancipação feminina, contribuindo no envolvimento patriótico coletivo e já especificando um novo papel da mulher, mais atuante e participativo nos destinos da nação brasileira.

Referências

- CAMERINO, Olímpia de Araújo. **A Mulher Brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi, 1983.
- CANSANÇÃO, Elza. **E foi assim que a cobra fumou**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1987.
- COSTA, Luís César Amad ; MELLO, Leonel Itaussu. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1993.

- CASTRO, Therezinha de. **História Documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. São Paulo: Zahar, 1967.
- MORAIS, Berta. **Testemunho de uma enfermeira in : depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB**. São Paulo: 1949.
- SAUTHIER, Jussara e BARREIRA, Ieda de Alencar. **As enfermeiras norteamericanas e o ensino de enfermagem na capital do Brasil: 1921-1931**. Rio de Janeiro: Anna Nery; Rio de Janeiro:UFRJ,1999.
- WEFFORT, Francisco. **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 2000.